



ANAIS DA ASSEMBLÉIA

Nº 96

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 29 DE JUNHO DE 1998

ANO XXIV

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY
Presidente - PFL

LUIZ CARLOS ZUK
1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN
2º Vice-Presidente - PPB

LUIZ CLAUDIO ROMANELLI
3º Vice-Presidente - PMDB

LUIZ CARLOS MARTINS
1º Secretário - PDT

NELSON GARCIA
2º Secretário - PFL

ANTONIO ANNIBELLI
3º Secretário - PSDB

IRONDI PUGLIESI
4ª Secretária - PPB

ÂNGELO VANHONI
5º Secretário - PT

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

| | |
|--------------|-------------------------------|
| Governo..... | Deputado Valdir Rossoni |
| PFL..... | Deputado Plauto Miró |
| PTB..... | Deputado Valdir Rossoni |
| PMDB..... | Deputado Orlando Pessuti |
| PPB..... | Deputado Augustinho Zucchi |
| PT..... | Deputado Péricles H. de Mello |
| PDT..... | Deputado Edgar Bueno |
| PL..... | Deputado Horácio Rodrigues |
| PSN..... | Deputado Emerson Nerone |
| PSDB..... | |

Representação Partidária

PFL - 18: Anibal Khury - Basílio Zanusso - Cleiton Crisóstomo - Durval Amaral - Edno Guimarães - Eduardo Trevisan - Élio Rusch - Geraldo Cartário - Hidekazu Takayama - Luiz Carlos Alborghetti - Luiz Carlos Martins - Marquinhos Alves - Milton Puppio - Nelson Garcia - Nelson Tureck - Plauto Miró - Guimarães - Remy Borsatto - Walmor Trentini; **PTB - 11:** Albanor Gomes - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Hermas Brandão - Joel Coimbra - José Tavares - Nelson Justus - Luiz Accorsi - Ricardo Chab - Valdir Rossoni; **PMDB - 08:** Antonio Annibelli - Caíto Quintana - Luiz Claudio Romanelli - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Renato Adur - Sâmis da Silva - Toti Colaço; **PPB - 07:** Augustinho Zucchi - César Seleme - Duílio Genari - Edson Silva Lino - Irondi Pugliesi - João Techy Filho - Neivo Beraldin; **PT - 04:** Ângelo Vanhoni - Florisvaldo Fier - Irineu Colombo - Péricles Mello; **PDT - 02:** Edgar Bueno - Luiz Carlos Zuk; **PSDB - 02:** José Maria Ferreira - Sérgio Spada; **PL - 01:** Horácio Rodrigues; **PSN - 01:** Emerson Nerone.

**4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
13ª LEGISLATURA
ATA DA 62ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
29 DE JUNHO DE 1998**

(segunda-feira)

Presidência do Senhor Deputado Luiz Claudio Romanelli, secretariada pelos Senhores Deputados Nelson Tureck e Luiz Carlos Alborghetti.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Antonio Annibelli, Ironi Pugliesi, Ângelo Vanhoni, Albanor Gomes, Augustinho Zucchi, Basílio Zanusso, Beto Richa, Caíto Quintana, Carlos Simões, César Seleme, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edno Guimarães, Edson Lino, Eduardo Trevisan, Élio Rusch, Emerson Nerone, Doutor Rosinha, Geraldo Cartário, Hermas Brandão, Hidekazu Takayama, Horácio Rodrigues, Irineu Colombo, João Techy, Joel Coimbra, José Maria Ferreira, José Tavares, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Marquinhos Alves, Miltinho Puppino, Nelson Justus, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Rery Borsatto, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Sérgio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Walmor Trentini (54).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Claudio Romanelli)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Claudio Romanelli)

Está em votação a Ata que acaba de ser lida.

Aprovada.

O SR. VALDIR ROSSONI (Pela Ordem)

Senhor Presidente, requero verificação de votação da Ata.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Claudio Romanelli)

A Mesa defere e irá proceder à verificação de votação.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem)

Senhor Presidente, solicito chamada nominal dos Senhores Deputados da aprovação da Ata.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Claudio Romanelli)

A mesa defere e irá proceder à chamada nominal dos Senhores Deputados.

(É procedida a chamada nominal dos Senhores Deputados)

20 Senhores Deputados responderam à chamada.

Em votação a Ata. Aprovada.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimento:

REQUERIMENTO Nº 1247

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente, REQUEREM, que o Plenário desta Casa de Leis seja transformado em Comissão Geral, para emitir pareceres de Lei nº 240/98 de autoria do Tribunal de Contas do Estado.

Sala das Sessões, em 29.06.98.

(aa) RICARDO CHAB, LUIZ CARLOS ALBORGHETTI, LUIZ ACCORSI, ORLANDO PESSUTI, WALMOR TRENTINI, EDNO GUIMARÃES, EDGAR BUENO, JOÃO TECHY, BETO RICH, PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES, VALDIR ROSSONI, GERALDO CARTÁRIO, LUIZ CLAUDIO ROMANELLI, NELSON TURECK, NELSON JUSTUS, HIDEKAZU TAKAYAMA, JOSÉ TAVARES, ANTONIO ANNIBELLI, HORÁCIO RODRIGUES E DUÍLIO GENARI.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 261/98

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - As empresas concessionárias responsáveis pela exploração de rodovias privatizadas, somente poderão cobrar tarifa de pedágio sobre veículos registrados em municípios onde situam-se as praças de pedágio, uma vez ao dia e em um único sentido das vias.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29.06.98.

(a) SÂMIS DA SILVA

JUSTIFICATIVA:

Temos verificado que moradores de municípios onde localizam-se as praças de pedágios, estão sendo prejudicados com a cobrança da tarifa, de vez que utilizam a rodovia na maioria das vezes num pequeno percurso para trabalhar, estudar ou exercer outras atividades diárias em cidades próximas, sendo obrigados a pagar o valor do pedágio integral e por diversas vezes ao dia, como se nela trafegassem em toda sua extensão.

Entendemos que a cobrança nesses casos, em um único sentido e apenas uma vez ao dia seria o mais justo para a população local.

PROJETO DE LEI Nº 262/98

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - As empresas concessionárias responsáveis pela exploração de rodovias privatizadas, somente poderão cobrar tarifa de pedágio em um único sentido das vias.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29.06.98.

(a) SÂMIS DA SILVA

JUSTIFICATIVA:

Por entendermos que os valores cobrados pelas empresas concessionárias estão além da nossa realidade, e que a cobrança nos dois sentidos oneram consideravelmente o orçamento daqueles que se utilizam das rodovias diversas vezes ao dia, e especialmente daqueles que delas se servem para transportar produtos, cujo custo será repassado ao consumidor final, a cobrança do pedágio em apenas um sentido seria o mais justo.

PROJETO DE LEI Nº 263/98

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedido desconto de 50% sobre a tarifa de pedágio, de veículos que transportem exclusivamente estudantes.

Art. 2º - O DER analisará o pedido do Requerente em 30 dias após protocolado, que deverá conter cópia do contrato de frete, cujo documento para

a obtenção do desconto terá validade em qualquer praça de pedágio.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29.06.98.

(a) SÂMIS DA SILVA

JUSTIFICATIVA:

Certamente em todos os Municípios do Paraná existem estudantes que são obrigados a frequentar escolas, faculdades ou outras instituições de ensino, fora do seu domicílio.

Para baixar esse custo de locomoção, a maioria deles se servem de ônibus exclusivos para essa finalidade, utilizando-se de empresas especializadas.

Com a implantação do pedágio, os custos desses estudantes, na sua maioria de famílias de baixa renda, aumentaram consideravelmente, uma vez que as empresas repassam o valor cobrado do pedágio para os alunos, sendo imprescindível a concessão de um desconto visando amenizar os custos de locomoção.

PROJETO DE LEI Nº 264/98

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a "A.R.A" - Associação de Recuperação de Alcoólatras de Bela Vista do Paraíso, com sede e foro no Município de Bela Vista do Paraíso.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29.06.98.

(a) JOSÉ TAVARES

JUSTIFICATIVA:

A Associação que ora pretende declarar-se de Utilidade Pública, tem por objetivo a recuperação, pela psicoterapia de grupo, de pessoas de ambos os sexos, dadas ao vício do Alcoolismo.

E por estar de acordo com as Leis Estaduais nº 8589 e 6994 que estabelecem as normas para declaração de Utilidade Pública, esperamos o apoio dos nobres Deputados para aprovação da matéria.

PROJETO DE LEI Nº 265/98

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - O Estado do Paraná destinará nunca menos do que 1% (um por cento) dos recursos pela

cobrança de impostos sobre bebidas alcoólicas e cigarros ao Fundo de Prevenção ao Uso e Abuso de Drogas - FUNPRED.

Parágrafo Único - Os recursos referidos no caput deste artigo serão geridos pelo Conselho Estadual de Entorpecentes e nos termos do Regulamento a ser aprovado pelo Chefe do Poder Executivo.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29.06.98.

(a) BETO RICHÁ

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei visa dar condições às ações planejadas pelo Estado através de seus órgãos próprios, em especial pelo Conselho Estadual de Entorpecentes, na grave questão dos entorpecentes e nas áreas da prevenção, repressão e fiscalização.

Se de um lado não basta apenas reprimir ou fiscalizar a ação nefasta de traficantes de drogas e seus métodos nefandos de aliciamento, é necessário imprimir uma vigorosa política de prevenção, através dos processos educativos.

No Paraná, o Conselho Estadual de Entorpecentes, reunindo todas as forças ativas da sociedade e do poder público tem dado verdadeira demonstração da ação educativa. Entretanto, não podemos permanecer apenas nas conquistas já existentes. Temos que ir avante numa verdadeira cruzada educativa, de fiscalização agressiva e de ações sérias e pertinentes que combatam e previnam este que pode ser considerado o "mal dos tempos modernos".

Já tramita nesta Casa projeto de lei de minha autoria, instituindo o Fundo de Prevenção, Repressão e Fiscalização de Entorpecentes e que juntamente com este novo projeto, tenho certeza, receberá toda acolhida indispensável por parte dos membros desta colenda Casa em seu contributo por uma sociedade não só justa e digna, mas sadia e esperançosa.

PROJETO DE LEI Nº 266/98

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a Associação de Moradores de Vila Rosa, Município de Jacarezinho.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29.06.98.

(a) BETO RICHÁ

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Moradores da Vila Rosa, no Município de Jacarezinho, Estado do Paraná, é uma sociedade de natureza civil de direito privado, sem fins lucrativos, defendendo os direitos e interesses dos moradores da Associação, visa desenvolver o espírito democrático, a participação popular, a educação, a assistência social e outras atividades que proporcionem melhores condições de vida à população e suas famílias. O presente projeto de lei se reveste de todas exigências legais e protocolares e certamente receberá a atenção dos Senhores Parlamentares nesta Casa.

PROJETO DE LEI Nº 267/98

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Matinhos, com sede no Município de Matinhos.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29.06.98.

(a) CLEITON KIELSE

JUSTIFICATIVA:

O projeto de lei em tela, reveste-se de caráter essencial, eis que a entidade ora descrita, presta serviços de grande alcance social, proporcionando melhores condições de vida à população atendida.

A entidade visa proporcionar à maternidade e infância a sua proteção e assistência, antes, depois e durante o parto.

Assistência médica à criança, à gestante e ao lactante em estado de desnutrição e reconhecidamente pobre, principalmente em caso de prole numerosa.

Presta ainda outros e relevantes serviços, a entidade analisada, devendo portanto, ser o projeto de lei, aprovado por esta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI Nº 268/98

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - A.P.M.I. Anjo da Guarda, com sede no Município de Diamante do Norte.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29.06.98.

(a) WALMOR TRENTINI

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - A.P.M.I. Arjo da Guarda, é uma associação civil, fundada em 02 de fevereiro de 1984, com número limitado de associados, por tempo indeterminado sem fins lucrativos, de duração ilimitada, com sede e foro no Município de Diamante do Norte.

São objetivos da associação, discutir, colaborar e decidir sobre as ações para a assistência à Maternidade e à Infância em geral, durante e depois do parto, com assistência médica à gestante e a nutriz, velando pela saúde e bem estar.

Assistência ao menor abandonado, tratamento e educação de crianças com defeitos físicos, mentais e sociais, recreação e educação cujas mães trabalham fora do lar. Divulgação dos preceitos de higiene, puericultura, recreação orientada, de crianças e serviços sociais, por meio de palestras e cursos, exposições e outros meios de propaganda, além de outras iniciativas ou empreendimentos médico-sociais em favor da maternidade e da infância e em especial, instituir e manter creches para atender as crianças, dando condições para que a mãe possa trabalhar e contribuir no aumento da renda familiar, principalmente as que trabalham na zona rural.

Esta Associação civil necessita receber os benefícios da legislação estadual referente à declaração de utilidade pública tendo em vista os motivos retro, contamos com o apoio dos nobres pares desta Casa de Leis, para a aprovação da proposição que ora apresentamos.

PROJETO DE LEI Nº 269/98

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública da Confederação Brasileira de Ginástica, situada à Rua Anne Frank, 1018 - Vila Hauer - Curitiba-PR.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29.06.98.

(a) DURVAL AMARAL

JUSTIFICATIVA:

A Confederação Brasileira de Ginástica, fundada em 25 de novembro de 1978, é uma sociedade civil sem fins lucrativos e está localizada à Rua Anne Frank, 1018, nesta Capital.

Com uma vasta gama de atividades, vem desenvolvendo um importante trabalho junto a crianças e jovens, o que inclui a participação e realização de eventos diversos em âmbito nacional.

Pela importância de seu trabalho, indicado nos documentos em anexo, solicitamos a declaração de Utilidade Pública da Instituição.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Claudio Romanelli)

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Deputado Florisvaldo Fier.

O DR. ROSINHA

Sr. Presidente, Srs. Deputados, no mês de dezembro do ano passado, esta Casa votou um projeto de lei oriundo do Tribunal de Justiça que estabelecia a cobrança das taxas de cartório. Naquela ocasião, desta tribuna, denunciei a exorbitância que ia ser cobrada, como está sendo cobrado hoje e a população tem reclamado.

O substitutivo aprovado naquele momento, foi de autoria do Deputado Caíto Quintana e naquele substitutivo foi retirada e aprovada e virou lei a Tabela nº8. A Tabela nº8, é a tabela que fazia com que cobranças de cartório sobre alguns tipos de serviços, fossem repassadas depois para a Associação dos Magistrados, para a OAB, para a Associação dos Serventuários e para a Associação dos Promotores Públicos. A lei ganhou nº11.960 e ela estabelece as tabelas e retira a Tabela nº8 que estabelecia essa cobrança e o Artigo 2º desta lei que diz que ela entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário. Em 19 de dezembro é que foi promulgada a lei. O que faz a Corregedoria Geral da Justiça? A Corregedoria, através do Protocolo nº 13248/98, decide que aquela tabela que não está na lei, está em vigor e passa a cobrar dos cartórios, a contribuição para essas entidades de classe. Quem assina essa autorização é o Corregedor Geral da Justiça, Desembargador Otto Luís. Pergunto: se esta Casa aprova uma lei, exclui dessa lei uma tabela e essa tabela não existe mais, como pode o Tribunal de Justiça autorizar que se continue efetuando o repasse de dinheiro para essas entidades? Entendo que o Tribunal de Justiça está passando por cima da lei com esse tipo de autorização. Esta Casa não terá razão nenhuma de aprovar determinada lei ou não, se o Tribunal de Justiça desconhece-a, e mais do que isso, manda desrespeitá-la, como está sendo feito pelo Corregedor Geral, Desembargador Otto.

A OAB que é toda preocupada com a questão da moralidade e da institucionalidade dos processos agora se cala, ela que sempre tem dito que tem defendido os usuários dos cartórios, se cala porque a sua entidade, a OAB, passa a receber dinheiro dos cartórios, ou sejam, dos usuários. Os sócios da OAB

é que deveriam contribuir com essa entidade. Os Desembargadores e Juizes que contribuam com a sua entidade, para fazer a sua sede social ou qualquer outra sede que assim desejar.

Assim como o Ministério Público, mas não o usuário que está lá na ponta, que vai no cartório, porque necessita. É ele que está pagando essas entidades de classe, para defender interesses específicos de determinada classe ou para o lazer dessas classes. Espero que a Corregedoria volte atrás nessa decisão, porque está contribuindo com a injustiça no nosso Estado. Esta postura contribui para que ninguém, nenhum cidadão mais respeite a lei, porque o Tribunal de Justiça cabe fazer cumprir a Lei, e ele mesmo tem desrespeitado. Já não basta os altos custos que os cartórios cobram e essas entidades, essa categoria específica que deveria combater esta alta cobrança, ainda obriga o repasse para suas entidades de classe. Isso é uma barbaridade!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Claudio Romanelli)

Encerrado o Pequeno Expediente.

Não havendo oradores inscritos para o Grande Expediente passamos ao Horário das Lideranças.

Horário das Lideranças: Não há oradores inscritos no Horário das Lideranças.

Está encerrada a hora do Expediente

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Srs. Deputados.

Sobre a mesa projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Cleiton Kiese, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois), de autoria do Sr. Deputado Beto Richa, constantes do expediente. Necessitam de apoio. Apoiados. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Durval Amaral, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado José Tavares, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 03 (três) de autoria do Sr. Deputado Sâmis da Silva, constantes do expediente. Necessitam de apoio. Apoiados. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Walmor Trentini, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

ITEM 01

EM VOTAÇÃO

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 502/97, de autoria do Deputado Sérgio Spada, que dispõe sobre a atividade de Despachante de Trânsito perante o Departamento de Trânsito do Estado do Paraná. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA C.C.J. E EMENDA ADITIVA AO SUBSTITUTIVO GERAL DA C.C.J.. SUBSTITUTIVO GERAL DE PLÊNARIO, COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado o Substitutivo Geral, artigo por artigo.

ITEM 02

VOTAÇÃO EM:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 633/97, de autoria do Deputado Florisvaldo Fier, que dispõe sobre a anistia aos servidores públicos estaduais e dá outras providências. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado o projeto, artigo por artigo.

Emenda. Aprovada.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 633/97

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do Deputado Florisvaldo Fier visa dispor sobre a anistia aos servidores públicos estaduais.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à emenda de Plenário, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 24.06.98.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

Apoio:

José Maria Ferreira, Emerson Nerone, Irineu Colombo e Basílio Zarusso.

ITEM 03

VOTAÇÃO EM:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 734/97, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº104/97, que considera como áreas especiais de interesse de turismo e locais de interesse turístico, as áreas e localidades situadas nos Municípios de Antonina, Guaraqueçaba, Guaratuba, Morretes e Pontal do Paraná. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. COM EMENDA DA C.C.J.. EMENDA DE PLÊNARIO, COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado o projeto,

artigo por artigo. EMENDA DE PLENÁRIO, COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovada.

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA AO PROJETO DE LEI Nº 734/97**

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 734/97, de autoria do Poder Executivo, recebeu uma emenda modificativa de plenário ao inciso B, do art. 2º, de autoria do Deputado Cleiton Kielse.

Chamada a opinar esta Comissão de Constituição e Justiça não encontrou nenhum óbice de natureza legal, constitucional ou regimental para a tramitação da proposta.

Diante do exposto, a matéria se encontra em condições de ser submetida à consideração do Plenário.

Sala das Comissões, em 24.06.98.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

GERALDO CARTÁRIO - Relator

Apoioamento:

Toti Colaço, Irineu Colombo, Nelson Justus, José Maria Ferreira, Basílio Zanusso, Duílio Genari, Eduardo Trevisan, Nelson Tureck e Plauto Miró Guimarães.

ITEM 04

VOTAÇÃO EM:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 098/98, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 011/98, que dispõe sobre a criação do Sistema Integrado de Gestão e Proteção dos Mananciais da Região Metropolitana de Curitiba, conforme especifica. COM PARECERES DA C.C.J.. EMENDA DA C.C.J.. EMENDAS DE PLENÁRIO, COM PARECER CONTRÁRIO DA C.C.J.. EM REGIME DE URGÊNCIA.

**EMENDA DE PLENÁRIO DE Nº 01
PROJETO DE LEI Nº 098/98**

Com objetivo de aperfeiçoar o texto do Anteprojeto de Lei Especial de Proteção dos Mananciais da Região Metropolitana de Curitiba, apresentamos proposta de Emenda Substitutiva, nos termos que se segue:

Nova redação para o Artigo 3º:

Art. 3º - O sistema instituído por esta Lei será coordenado pelo Estado através da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SEMA, com a participação dos municípios e dos demais agentes públicos e privados, intervenientes em ações de proteção aos mananciais, que terão em conjunto papel de implementar esta lei e as políticas aprovadas pelo Conselho Gestor dos Mananciais da Região Metropolitana de Curitiba.

Nova redação para o Artigo 4º:

Art. 4º - O Conselho gestor dos Mananciais da Região Metropolitana de Curitiba será composto por:

I - dois representantes de Municípios indicados pela Associação de Municípios da Região Metropolitana de Curitiba - ASSOMECA;

II - dois representantes de Municípios da Região Metropolitana de Curitiba, indicados pela Associação Paranaense de Secretarias Municipais de Agricultura, Abastecimento e Meio Ambiente - APASEMA;

III - um representante indicado pelo Instituto Ambiental do Paraná - IAP;

IV - um representante indicado pela Superintendência de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental - SUDERHSA;

V - um representante indicado pela Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC;

VI - um representante indicado por Concessionárias de Serviços de Saneamento;

VII - três representantes de entidades não governamentais, indicados respectivamente pelos segmentos de defesa e proteção ao meio ambiente, do setor imobiliário e de Universidades e entidades de ensino e pesquisa, sediadas na Região Metropolitana de Curitiba.

§ 1º - Para o exercício de suas funções o Conselho contará com o apoio de uma Secretaria Executiva, sediada na Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC e integrada por profissionais indicados pelas instituições que o compõem, mantida a mesma proporcionalidade de representação.

§ 2º - O Fundo de Proteção aos Mananciais da Região Metropolitana de Curitiba (FPM-RMC), de que trata o Capítulo VI desta lei, será orçamentariamente alocado junto à COMEC e gerido segundo as deliberações do Conselho.

Nova redação para o Artigo 6º:

Art. 6º - Ficam declaradas para efeito desta lei, como bacias hidrográficas de interesse da Região Metropolitana de Curitiba, as Bacias destinadas a manancial de abastecimento público, ou, a área da bacia hidrográfica situada à montante do local onde exista ou se preveja futuramente construir uma barragem destinada a captação de água para abastecimento público e a área de interesse de preservação dos aquíferos subterrâneos.

Nova redação para o Artigo 8º:

Art. 8º - § 2º - Nas Unidades Territoriais de Planejamento poderá ser instituída a permuta de potencial construtivo por área de preservação ou área de ocupação não consolidada passíveis de recuperação ambiental ou adequadas para outros

usos, coerentes com o Plano de Proteção Ambiental e Reordenamento Territorial, previamente estabelecidas em zoneamento municipal, as quais passarão a constituir o patrimônio do poder público estadual ou municipal.

Nova redação para o Artigo 10 e seus itens:

Art 10 - Constituem-se Áreas de Restrição à Ocupação:

I - As faixas de drenagem dos corpos d'água conforme definidas em legislação própria;

II - As áreas cobertas por matas;

III - As áreas com declividade superior a 30%;

IV - As áreas do entorno dos reservatórios;

V - As áreas sujeitas à inundação;

VI - As áreas de preservação permanente definidas em legislação federal e estadual;

VII - Outras áreas a serem incluídas mediante aprovação do CGM-RMC, de que trata esta lei.

Nova redação para o Artigo 20:

Art. 20 - Nas áreas a serem consolidadas ou regularizadas, caberá ao empreendedor, respeitadas as diretrizes desta lei e seus regulamentos;

I - Implantar ou completar a infra-estrutura básica e os serviços públicos essenciais, notadamente a rede de saneamento básico;

II - Estudar e adotar tecnologias alternativas para pavimentação das vias públicas, visando a facilitar a infiltração das águas pluviais e a redução da velocidade das águas superficiais.

Nova redação para o Item III do Artigo 21:

III - A instituição de incentivos construtivos para as áreas de ocupação orientada e de urbanização consolidada, na forma de concessão de aumento do potencial construtivo do imóvel (assim entendido como aumento no coeficiente de aproveitamento, e/ou na altura máxima da edificação e/ou de acréscimo no número de lotes), serão obtidos através de permuta por imóveis transferidos ao poder público estadual ou municipal, mantida a densidade de ocupação total prevista para as UTP's.

Supressão do Artigo 25.

Nova redação para o Artigo 28:

Art. 28 - Fica criado o Fundo de Proteção aos Mananciais da Região Metropolitana de Curitiba (FPM-RMC), como instrumento de apoio às políticas de proteção aos mananciais e ao meio ambiente na Região Metropolitana de Curitiba.

(Obs. - com esta emenda, altera-se a denominação e sigla do Fundo constante na proposta original, em todo o diploma legal, destacadamente nos parágrafos e incisos deste artigo 28).

Incluir ao final do Artigo 34 a expressão "ou fundo municipal equivalente".

Incluir ao final do parágrafo único do Artigo 34 a expressão "ou do órgão ambiental do município".

Incluir novo artigo nas Disposições Finais e Transitórias.

Art. 38 - O Conselho Gestor dos Mananciais da Região Metropolitana de Curitiba promoverá as articulações e tomará as providências necessárias para que os dispositivos e instrumentos previstos nesta lei sejam adotados no que couber por entidades e colegiados técnicos intervenientes em ações de proteção aos mananciais da Região Metropolitana de Curitiba, de modo a propiciar a adequação de disposições e políticas existentes.

Artigo 38 existente passa a ser o Artigo 39.

Curitiba, 24.06.98

(a) HERMAS BRANDÃO

Apoiamento: Élio Rusch.

EMENDA DE PLENÁRIO DE Nº 02

Emenda Aditiva: acrescenta-se ao artigo 7º, do Projeto de Lei nº 98/98, os seguintes incisos:

Inciso - "considera-se como área de proteção de mananciais - APM, as áreas das bacias hidrográficas correspondentes aos rios utilizados para abastecimento público".

Inciso - "considera-se gestão de recursos hídricos aquela que contemple: bacia hidrográfica como referência territorial de gestão; concepção sistêmica e integrada como base planejamento e administração; participação dos usuários; multiplicidade de usos; descentralização das decisões; visão integrada dos ecossistemas hídricos e outorga rigorosa dos direitos de uso da água".

Inciso - "as unidades territoriais de planejamento somente poderão ser delimitadas a partir do zoneamento econômico-ecológico da bacia hidrográfica onde estiverem localizadas e nas áreas indicadas como uso intensivo".

Inciso - "os índices de densidade ocupacional somente poderão ser definidos a partir do zoneamento econômico-ecológico das bacias hidrográficas onde estiverem localizadas as Unidades Territoriais de Planejamento".

Sala das Sessões, em 24.06.98.

(aa) DOUTOR ROSINHA

IRINEU COLOMBO

PÉRICLES MELLO

ÂNGELO VANHONI

Apoiamento:

Emerson Nerone.

EMENDA DE PLENÁRIO DE Nº 03

Emenda Modificativa: altera o Artigo 1º, Inciso III, Projeto de Lei nº 98/98, ficando com a seguinte redação:

Inciso III - compatibilizar ações de proteção ao meio ambiente e de preservação de mananciais de abastecimento público com política de uso e ocupação do solo e com o desenvolvimento sócio-econômico, sem prejuízo dos demais usos múltiplos, bem como, o respeito ao Código Florestal, Lei nº 4.771 e Lei nº 6.766/79.

Sala das Sessões, em 24.06.98.

(aa) DOUTOR ROSINHA
IRINEU COLOMBO
PÉRICLES MELLO
ÂNGELO VANHONI

Apoioamento:

Emerson Nerone.

EMENDA DE PLENÁRIO DE Nº 04

Emenda Aditiva: acrescenta-se novo inciso ao Artigo 2º do Projeto de Lei nº 98/98, com a seguinte redação:

Inciso - a criação das agências de bacia, com caráter normativo, deliberativo e paritário".

Sala das Sessões, em 24.06.98.

(aa) DOUTOR ROSINHA
IRINEU COLOMBO
PÉRICLES MELLO
ÂNGELO VANHONI

Apoioamento:

Emerson Nerone.

EMENDA DE PLENÁRIO DE Nº 05

Emenda Aditiva: acrescenta-se parágrafo ao Artigo 4º do Projeto de Lei nº 98/98, ficando com a seguinte redação:

Parágrafo - O Conselho gestor dos Mananciais da Região de Curitiba, terá caráter normativo, deliberativo e paritário.

Sala das Sessões, em 24.06.98.

(aa) DOUTOR ROSINHA
IRINEU COLOMBO
PÉRICLES MELLO
ÂNGELO VANHONI

Apoioamento:

Emerson Nerone.

EMENDA DE PLENÁRIO DE Nº 06

Emenda Substitutiva: substitui o Artigo 11 do Projeto de Lei nº 98/98, ficando com a seguinte redação:

Art. 11 - Nas áreas de restrição de ocupação atualmente com utilização desconforme não serão

emitidas licenças, mas simples autorizações condicionadas ambiental e temporalmente.

Sala das Sessões, em 24.06.98.

(aa) DOUTOR ROSINHA
IRINEU COLOMBO
PÉRICLES MELLO
ÂNGELO VANHONI

Apoioamento:

Emerson Nerone.

EMENDA DE PLENÁRIO DE Nº 07

Emenda Substitutiva: substitui o artigo 12 do Projeto de Lei 98/98, ficando com a seguinte redação:

Art. 12 - Os municípios para fins de realização de melhorias e manutenção do padrão ambiental, poderão instituir contribuição de melhoria ambiental para os imóveis que tiverem valorização em decorrência das obras e taxas ambientais de conservação das áreas de proteção de mananciais".

§ 1º - Os municípios estabelecerão nos planos diretores e leis de uso do solo a aplicação do imposto progressivo para as propriedades conforme zoneamento e tipo de uso, com a finalidade de desestimular o descumprimento das normas federais e estaduais".

§ 2º - As áreas ocupadas em desconformidades com as áreas de restrição poderão ser desapropriadas com títulos de dívida pública".

Sala das Sessões, em 24.06.98.

(aa) DOUTOR ROSINHA
IRINEU COLOMBO
PÉRICLES MELLO
ÂNGELO VANHONI

Apoioamento:

Emerson Nerone.

EMENDA DE PLENÁRIO DE Nº 08

Emenda Aditiva: acrescenta-se ao artigo 19 do Projeto de Lei 98/98, ficando um novo inciso com a seguinte redação:

Parágrafo Único - A área mínima dos lotes será de 5.000m².

Sala das Sessões, em 24.06.98.

(aa) DOUTOR ROSINHA
IRINEU COLOMBO
PÉRICLES MELLO
ÂNGELO VANHONI

Apoioamento:

Emerson Nerone.

EMENDA DE PLENÁRIO DE Nº 09

Emenda Aditiva: substitui o artigo 20 do Projeto de Lei 98/98, ficando com a seguinte redação:

Inciso - nenhum empreendimento poderá ser consolidado ou implantado sem infra-estrutura básica.

Sala das Sessões, em 24.06.98.

(aa) DOUTOR ROSINHA
IRINEU COLOMBO
PÉRICLES MELLO
ÂNGELO VANHONI

Apoioamento:

Emerson Nerone.

EMENDA DE PLENÁRIO DE Nº 10

Emenda Aditiva: acrescenta-se ao artigo 22 do Projeto de Lei 98/98, ficando novo parágrafo com a seguinte redação:

Parágrafo - Fica restrita a utilização das áreas públicas, destinadas como parques, para áreas de lazer, à extensão não superior a 1% (um por cento) da área.

Sala das Sessões, em 24.06.98.

(aa) DOUTOR ROSINHA
IRINEU COLOMBO
PÉRICLES MELLO
ÂNGELO VANHONI

Apoioamento:

Emerson Nerone.

EMENDA DE PLENÁRIO DE Nº 11

Emenda Aditiva: acrescenta-se ao Projeto de Lei 98/98, um novo artigo com número 35, reenumerando-se os demais, com a seguinte redação:

Art. 35 - Será criado o Fundo de Habitação com recursos provindos das contribuições de melhoria, taxas ambientais, impostos progressivos e da taxa e coleta de esgoto, a fim de relocar as famílias que se encontrem em áreas de risco.

Sala das Sessões, em 24.06.98.

(aa) DOUTOR ROSINHA
IRINEU COLOMBO
PÉRICLES MELLO
ÂNGELO VANHONI

Apoioamento:

Emerson Nerone.

EMENDA DE PLENÁRIO DE Nº 12

Emenda Aditiva: acrescenta-se ao Projeto de Lei 98/98, um novo artigo com número 36, reenumerando-se os demais, com a seguinte redação:

Art. 36 - Em qualquer projeto de loteamento ou assentamento serão atendidas as exigências das Leis 4771/65 e 6766/79.

Sala das Sessões, em 24.06.98.

(aa) DOUTOR ROSINHA
IRINEU COLOMBO
PÉRICLES MELLO
ÂNGELO VANHONI

Apoioamento:

Emerson Nerone.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDAS AO PROJETO DE LEI Nº 98/98

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do Poder Executivo visa dispor sobre a criação do Sistema Integrado de Gestão e Proteção dos Mananciais da região metropolitana de Curitiba.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação às emendas, somos de parecer contrário às emendas de plenário e favorável à emenda oferecida pela Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, em 24.06.98.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES - Relator

Apoioamento:

Emerson Nerone (voto contrário), Eduardo Trevisan, Carlos Simões, Irineu Colombo, José Maria Ferreira (voto contrário), Basílio Zamusso e José Tavares.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Claudio Romanelli)

Em votação o projeto ressalvadas as emendas.

Aprovado, artigo por artigo.

Em votação a emenda da C.C.J.. **Aprovada.**

Em votação as emendas de plenário que serão votadas em bloco, com parecer contrário da C.C.J..

Senhores Deputados que aprovam, queiram levantar-se. **Rejeitadas as emendas.**

ITEM 05

VOTAÇÃO EM 2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 209/98, de autoria da Procuradoria Geral da Justiça, que cria o Fundo Especial do Ministério Público do Estado do Paraná, com a finalidade de prover recursos para a implementação de sua política institucional, inclusive no pertinente à defesa da pessoa portadora de deficiência, proteção dos direitos do idoso e da infância e juventude. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. EMENDA DA C.C.J.. EMENDA DE PLENÁRIO, COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. EM REGIME DE URGÊNCIA.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA AO PROJETO DE LEI Nº 209/98

P A R E C E R :

O projeto de lei de autoria da Procuradoria Geral de Justiça, que visa criar o Fundo Especial do Ministério Público, recebeu Emenda de Plenário, ora submetida à análise desta Comissão.

Destacamos que nada encontramos de natureza legal, regimental e constitucional que possam obstar sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

"Ex positis", emitimos nosso parecer favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 24.06.98.

(aa) JOEL COIMBRA

Presidente e Relator

Apoiamento:

Nelson Tureck, Duílio Genari, Emerson Nerone, Geraldo Cartário, José Maria Ferreira, Plauto Miró Guimarães e Basílio Zanusso.

Em votação o projeto, ressalvadas as emendas. **Aprovado, artigo por artigo.**

O DR. ROSINHA (Pela Ordem)

Só no que diz respeito ao item 4 da votação, que já ficou para trás, quero registrar, aquelas emendas, parte delas, é de concordância da Bancada do Partido dos Trabalhadores, porém a maneira como foi conduzida a votação em bloco, por isso nos comportamos dessa maneira. Queríamos, e o nosso desejo era votar emenda por emenda.

Segundo, que hoje em reunião na COMEC, com o Diretor, Dr. Luiz, havia concordância da própria COMEC em relação a algumas daquelas emendas, que eram essas justamente as emendas que nós nos comportaríamos favoráveis. Então, é para fazer esse registro nos Anais da Assembléia.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Claudio Romanelli)

Está registrado o que V.Exa. solicita, mas a Mesa cumpriu o Regimento e V.Exa. teve oportunidade de interpelar essa Presidência para que pudesse ser desmembrado no momento oportuno a votação das emendas.

Em votação a Emenda da C.C.J., referente ao Projeto de Lei nº 209/98. **Aprovada.**

Em votação a Emenda de Plenário, com parecer favorável da C.C.J.. **Aprovada.**

ITEM 06

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 516/96, de autoria do Deputado Ricardo Chab, que autoriza o Poder Executivo a criar o Batalhão de Eventos da Polícia Militar, em Curitiba e a Companhia de Eventos da Polícia Militar, nas cidades sede dos Batalhões da Polícia Militar, no Interior do Estado do Paraná. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 181/96, de 25.11.96).**

ITEM 07

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 197/97, de autoria do Deputado Plauto Miró Guimarães Filho, que autoriza o poder Executivo a criar a Delegacia da Mulher, no Município de Telêmaco Borba. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 63/97, de 06.05.97).**

ITEM 08

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 510/97, de autoria do Deputado Toti Colaço, que institui o dia 1.º de outubro, como o Dia do Vereador no Estado do Paraná. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 162/97, de 02.10.97).**

ITEM 09

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 566/97, de autoria do Deputado Joel Coimbra, que denomina de Penitenciária Estadual Promotor Homero Neves Arruda, a Penitenciária Estadual de Maringá - PEM. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 177/97, de 20.10.97).**

ITEM 10

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 045/98, de autoria do Deputado Walmor Trentini, que denomina de Vila Rural de Mandiocaba, no Município de Paranavaí, como Vila Rural Vereador José Dolvino Garcia. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 09, de 10.03.98).**

ITEM 11

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 080/98, de autoria do Deputado Nelson Justus, que autoriza o Poder Executivo a criar uma CIRETRAN no Município de São Mateus do Sul. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
PROJETO DE LEI Nº 080/98
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a criar, através do Departamento de Trânsito - DETRAN/PR, a Circunscrição Regional de Trânsito (CIRETRAN) no Município de São Mateus do Sul.

Parágrafo Único - Ficam incluídos os Municípios de Antônio Olinto, São João do Triunfo e Paulo Frontin, na área de abrangência da CIRETRAN de São Mateus do Sul.

Art. 2º - As dependências físicas e as despesas de funcionários necessárias para o funcionamento da CIRETRAN ficarão a cargo do Município de São Mateus do Sul.

Art. 3º - Ao Departamento de Trânsito - DETRAN/PR, caberá o treinamento do funcionalismo público municipal a ser colocado à disposição da CIRETRAN de São Mateus do Sul.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 24.06.98.
(aa) CÉSAR SELEME - Presidente
EDUARDO TREVISAN - Relator

ITEM 12

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 156/98, de autoria do Deputado Edno Guimarães, que altera o objetivo do Plano de Aplicação da Lei nº 11.974, de 23 de dezembro de 1997, referente ao Município de Japurá. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
PROJETO DE LEI Nº 156/98
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

DECRETA :

Art. 1º - Fica alterado o objetivo do Plano de Aplicação da Lei nº 11.974, de 23 de dezembro de 1997, na parte que destinou a quantia de R\$130.000,00 (cento e trinta mil reais) ao Município de Japurá, alterando a expressão Reforma no ginásio de Esportes para Construção de um Ginásio de Esportes.

Art. 2º - Fica o Poder Executivo autorizado, em decorrências do contido nesta Lei, a proceder as alterações orçamentárias na Lei nº 11.974, de 23 de dezembro de 1997, necessárias à sua implementação.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 24.06.98.
(aa) CESAR SELEME - Presidente
EDUARDO TREVISAN - Relator

ITEM 13

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 186/98, de autoria do Deputado Aníbal Khury, que declara de Utilidade Pública a Associação de Diretores de Escolas Públicas de Educação de Jovens e Adultos da Rede Estadual do Polo de Curitiba, com sede e foro nesta Capital. **Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 63, de 19.05.98).

ITEM 14

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Resolução nº 013/97, de autoria do Deputado Walmor Trentini, que autoriza a realização de plebiscito para que a população decida sobre a transferência da Comunidade de Vista Gaúcha para o Município de Franchita. **Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 82, de 10.06.98).

ITEM 15

3.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 679/97, de autoria do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, que cria o Fundo de Reequipamento do Poder Judiciário-FUNREJUS, com a finalidade de prover recursos para reequipar o Poder Judiciário do Estado do Paraná. **COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. APRECIAR NESTE TURNO, EMENDAS APROVADAS EM 2.ª DISCUSSÃO.**

Em votação o projeto ressaltada a emenda.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem)

Senhor Presidente, solicito a Vossa Excelência, que dê ciência do teor da emenda, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Claudio Romanelli)

Solicito ao Senhor 1º Secretário, Deputado Nelson Tureck, que proceda à leitura das emendas que foram aprovadas em 2ª Discussão.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Nelson Tureck)

Lê emendas.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem)

Em se tratando do Substitutivo Geral peço dispensa, declino do pedido de leitura, já que do Substitutivo Geral nós tínhamos conhecimento

O SR. PRESIDENTE (Luiz Claudio Romanelli)

Até porque Vossa Excelência tem na Ordem do Dia, distribuída aos Senhores Parlamentares, o teor de todas as Emendas.

Vamos votar.

O SR. ORLANDO PESSUTI

É que apenas dizia, emendas.

E estava difícil aqui, e imaginávamos que fossem algumas outras emendas.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Claudio Romanelli)

Em votação as emendas em 2ª discussão.

Deputados que aprovam, permaneçam como estão. **Aprovadas.**

ITEM 16

2.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 048/98, de autoria da Deputada Irondi Pugliesi, que declara de Utilidade Pública, a Associação de Moradores do

Jardim São Roque, com sede e foro no Município de Telêmaco Borba. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado, artigo por artigo.

ITEM 17

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 051/98, de autoria do Deputado Miltilino Puppino, que autoriza o Poder Executivo a alterar a destinação do Imóvel situado no Município de Amaporã. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.

ITEM 18

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 114/98, de autoria do Deputado Neivo Beraldin, que declara de Utilidade Pública a Fundação Wilson Marcelino Filho, com sede e foro no Município de Curitiba. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J..

Sobre o referido projeto, Emenda Substitutiva Geral de autoria do Senhor Deputado Neivo Beraldin, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL DE PLENÁRIO AO PROJETO DE LEI Nº 114/98

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública o Instituto de Ecologia e Biodiversidade do Brasil - IEBI, com sede e foro no Município de Curitiba.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29.06.98.

(a) NEIVO BERALDIN

Apoiamento:

Duílio Genari, João Techy, Geraldo Cartário, Edgar Bueno.

O Projeto segue para a Comissão de Constituição e Justiça.

ITEM 19

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 171/98, de autoria do Deputado José Tavares, que declara de Utilidade Pública, o Cristma - Movimento Cristo de ama, com sede e foro no Município de Londrina. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado, artigo por artigo.

ITEM 20

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 050/98, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, que proíbe a aplicação de Tatuagem permanente em menores de 18 anos de idade, sem autorização dos

pais ou responsáveis e dá outras providências. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.S.P.. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 14, de 16.03.98).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 50/98

PARECER:

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, proíbe a aplicação de tatuagem permanente em menores de 18 anos de idade, sem autorização dos pais ou responsáveis e dá outras providências.

Chamada esta Comissão a se manifestar, com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 05.05.98.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
CARLOS SIMÕES - Relator

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA PROJETO DE LEI Nº 050/90

PARECER:

O projeto de lei em epígrafe, de autoria do ilustre Deputado Luiz Carlos Martins, tem por finalidade proibir a aplicação de tatuagem permanente em menores de 18 anos de idade, sem autorização dos pais ou responsáveis e dá outras providências.

A matéria foi analisada anteriormente pela Comissão de Constituição e Justiça, a qual manifestou o parecer favorável à sua aprovação.

No âmbito desta Comissão Técnica, entendemos tratar-se a proposta de relevante interesse social, ressaltando a preocupação do autor em concretizar medidas de caráter preventivo à saúde das pessoas envolvidas.

Neste sentido, seguimos o entendimento da Comissão supracitada manifestando o Parecer favorável à aprovação do referido projeto de lei.

Sala das Comissões, em 24.06.98.

(aa) LUIZ ACCORSI - Presidente
SÉRGIO SPADA - Relator

ITEM 21

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 208/98, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 023/98, que aprova crédito suplementar de R\$9.860.000,00 (nove milhões, oitocentos e sessenta mil reais), ao orçamento do Departamento de Trânsito, e dá outras providências. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 71, de 27.05.98. - Mens.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 208/98

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do Poder Executivo visa dispor sobre abertura de crédito suplementar no valor de R\$9.860.000,00 ao orçamento do DETRAN, para atender despesas com a manutenção da entidade.

Chamada esta Comissão a se manifestar, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Sessões, em 03.06.98.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
GERALDO CARTÁRIO - Relator

**COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 208/98**

P A R E C E R :

De autoria do Poder Executivo, através da Mensagem Governamental nº 023/98, objetiva dispor sobre abertura de crédito suplementar no valor de R\$9.860.000,00 (nove milhões, oitocentos e sessenta mil reais), ao orçamento do Departamento de Trânsito - DETRAN, para atender despesas com a manutenção da entidade.

Podemos constatar que sobre a matéria já existe o pronunciamento Favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça.

Chamada a opinar, esta Comissão de Finanças, de acordo com o § 3º do art. 33, do Regimento Interno desta Casa, observamos na justificativa do presente projeto que os recursos para a cobertura da referida programação, são decorrentes de cancelamentos de dotação do próprio órgão e de superávit financeiro apurado no balanço patrimonial da entidade, em 1.997.

Diante do exposto, somos compelidos a emitir nosso parecer favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 29.06.98.

(aa) ÉLIO RUSCH - Presidente
DUILIO GENARI - Relator

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem)

Senhor Presidente, antes que entremos na discussão do Item 22, Projeto de Lei 240/98, faço um apelo ao Líder do Governo a exemplo dos projetos que votamos aqui na semana passada à Secretaria de Educação e à FUNDEPAR para que ele nos detalhe a destinação destes recursos destinados à FUNDEPAR e à Secretaria de Educação e também do recurso de Nove milhões, oitocentos e sessenta

mil reais ao Departamento de Trânsito para que possamos saber em quais Municípios do Paraná serão aplicados estes recursos, já que pelas tabelas, pelos anexos da Mensagem Governamental, não se detalha e não se relaciona os municípios beneficiados. O Líder do Governo assumiu o compromisso que nos informaria a este respeito na questão da FUNDEPAR e Secretaria da Educação e pedimos agora que se acrescente a este compromisso o recurso destinado ao Departamento de Trânsito.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Claudio Romanelli)

Não há Questão de Ordem a ser respondida pela Mesa.

ITEM 22

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 240/98, de autoria do Tribunal de Contas do Estado do Paraná que regulamenta as disposições do Art. 78, da Constituição Estadual, e dá outras providências. EM REGIME DE URGÊNCIA.

PROJETO DE LEI Nº 240/98

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Os responsáveis pelos controles internos dos órgãos da administração pública direta, indireta ou fundacional de qualquer dos Poderes do Estado ou de seus municípios devem comunicar ao Tribunal de Contas do Paraná quaisquer irregularidades ou ilegalidades das quais tomarem conhecimento, sob pena de serem solidariamente responsabilizados pelas mesmas.

§ 1º - A comunicação de que trata este artigo será regulamentada em provimento próprio.

§ 2º - Verificada em inspeção ou auditoria, ou no julgamento de contas, irregularidade ou ilegalidade que não tenha sido comunicada ao Tribunal, e provada a omissão, o encarregado do controle interno, na qualidade de responsável solidário, ficará sujeito às sanções cabíveis, previstas em lei.

Art. 2º - Qualquer cidadão, partido político, associação ou entidade sindical é parte legítima para denunciar irregularidades ou ilegalidades perante ao Tribunal de Contas.

§ 1º - O pedido inicial, dirigido ao Corregedor-Geral, deverá conter os seguintes requisitos:

I - Ser redigido em linguagem clara e objetiva.

II - Conter a identificação e qualificação do denunciante e denunciado.

III - Estar acompanhado de prova ou indício seguros da existência da irregularidade ou ilegalidade.

§ 2º - O Corregedor Geral arquivará o pedido no caso de falta de qualquer dos requisitos previstos nos incisos do parágrafo anterior.

§ 3º - Não será conhecida a denúncia, sendo arquivada de plano, se os fatos narrados, no todo ou em parte, constituírem objeto de ação judicial.

§ 4º - A denúncia apresentada por partido político, associação ou entidade sindical, deverá estar acompanhada de autorização da respectiva diretoria.

Art. 3º - O licitante e o contratado são partes legítimas para representar, ao Tribunal de Contas, sobre irregularidades ou ilegalidades em licitações públicas.

Parágrafo Único - Aplica-se à representação, no que couber, o procedimento estabelecido para a denúncia.

Art. 4º - As entidades de direito público ou privado que receberem recursos do Estado a qualquer título, serão obrigadas a comprovar, perante o Tribunal de Contas do Estado do Paraná, a aplicação das importâncias recebidas nos fins a que se destinarem.

§ 1º - A omissão do procedimento previsto neste artigo sujeitará às penalidades e responsabilidades previstas em lei.

§ 2º - A prestação de contas prevista neste artigo dar-se-á nos seguintes prazos:

a) até 30 (trinta) dias da data da transferência realizada, dentro do mesmo exercício financeiro, ou do subsequente se for o caso;

b) até o término da aplicação, por parcela realizada, apresentando-a ao órgão descentralizador dos recursos;

c) até 30 (trinta) dias do término do mandato dos gestores das entidades previstas neste artigo, independentemente dos prazos previstos nas alíneas anteriores e da execução total do objeto das transferências.

Art. 5º - A forma e requisitos para a comprovação de que trata o artigo anterior será regulamentada em provimento do Tribunal de Contas.

Art. 6º - A quitação plena dar-se-á exclusivamente por Certidão Negativa de Pendências, expedida pelo Tribunal de Contas, com validade por 01 (um) ano.

Art. 7º - Das decisões passadas em julgado em processos de tomada de contas caberá pedido de revisão.

Parágrafo Único - Não será admissível a reiteração do pedido, salvo se fundada em novas provas,

obedecidos o prazo e condições fixados nos artigos subsequentes.

Art. 8º - A revisão somente terá por fundamento:

I - Erro de cálculo nas contas.

II - Omissão ou erro de classificação de qualquer verba.

III - Falsidade de documentos em que se tenha fundado a decisão.

IV - Superveniência de documentos novos, com eficácia sobre a prova produzida.

Parágrafo Único - A falsidade de documento demonstrar-se-á por meio de decisão definitiva proferida em Juízo Cível ou Criminal, conforme o caso, ou será deduzida e provada no processo de revisão, garantido o amplo direito de defesa.

Art. 9º - O pedido de revisão será apresentado ao presidente, em petição fundamentada e documentada pelo dirigente, ordenador ou responsável, ou por seus herdeiros, sucessores ou fiadores ou pela Procuradoria do Estado junto ao Tribunal de Contas.

§ 1º - O pedido será indeferido pelo Presidente, quando não atender às prescrições desta lei.

§ 2º - Deferido, será o pedido processado, facultando-se a produção de novas provas.

§ 3º - Ao final, o pedido será julgado pelo Tribunal Pleno, que manterá a decisão anterior ou, reformando-a no todo ou em parte, determinará as providências cabíveis.

Art. 10 - O prazo para o pedido de revisão é de um ano, contado do trânsito em julgado da decisão.

Art. 11 - Fica instituída na estrutura do Tribunal de Contas a Coordenadoria Geral, subordinada à Presidência, sob a supervisão e responsabilidade de um Coordenador Geral.

Art. 12 - Compete à Coordenadoria Geral, além de outras atribuições que lhe forem conferidas:

I - A coordenação da programação de trabalho das diretorias e coordenadorias.

II - A iniciativa e a coordenação de eventos, seminários, cursos e simpósios de nível local, estadual, nacional e internacional.

III - Supervisionar o planejamento das atividades relativas ao treinamento interno de servidores.

IV - Encaminhar à presidência, proposta de inscrição de servidores em cursos e eventos afins, de caráter externo.

V - Coordenar e supervisionar a elaboração de documentos técnicos, textos, publicações e atividades congêneres.

VI- Planejar e controlar, sob a supervisão do Presidente, as atividades globais do Tribunal de Contas.

VII- Supervisionar a programação das atividades da Fundação Escola de Administração Pública Municipal.

Art. 13 - A Coordenadoria Geral será integrada por servidores do quadro de Pessoal do Tribunal de Contas, graduados nas áreas afins de sua competência.

Art. 14 - O Tribunal de Contas do Estado do Paraná, poderá firmar acordos de cooperação com organismos nacionais e internacionais, para fins de implementação e aprimoramento de suas atividades institucionais.

Art. 15 - Fica instituída na Estrutura do Tribunal de Contas a Coordenadoria de Auditoria de Operações de Crédito Internacionais - CAOCI, subordinada diretamente à Presidência com a composição e atribuições definidas em provimento próprio.

Parágrafo Único - Fica criado um cargo de provimento em comissão de Coordenador da Coordenadoria de Auditoria de Operações de Crédito Internacionais de simbologia DAS-3.

Art. 16 - Compete à Coordenadoria de Auditoria de Operações de Crédito Internacionais, realizar auditorias em operações de crédito contraídas pelo Estado do Paraná junto a organismos financeiros internacionais.

§ 1º - Para a realização de suas atribuições, a Coordenadoria de Auditoria de Operações de Crédito Internacionais, disporá de servidores do Quadro de Pessoal do Tribunal de Contas, graduados em Administração, Ciências Contábeis, Economia, Engenharia e Direito, integrados em equipes multidisciplinares.

§ 2º - No exercício de suas atribuições, a CAOCI obedecerá às normas de auditoria internacionalmente aceitas, integrantes das disposições das organizações afetas à área.

Art. 17 - Fica assegurada à Coordenadoria de Auditoria de Operações de Crédito Internacionais, no desempenho de suas atribuições, independência técnica nos pareceres e relatórios elaborados.

Art. 18 - Compete ao Presidente do Tribunal de Contas editar os atos necessários à atividade da Coordenadoria de Auditoria de Operações de Cré-

dito Internacionais e, privativamente, determinar a realização das auditorias de que trata o Art. 16, cujos relatórios serão dirigidos à Presidência para posterior encaminhamento.

Art. 19 - Fica instituída na estrutura do Tribunal de Contas a Coordenadoria de Planejamento, subordinada diretamente à Presidência com a composição e atribuições definidas em provimento próprio.

Parágrafo Único - Fica criado um cargo de Coordenador de Planejamento, de simbologia DAS-3.

Art. 20 - Compete à coordenadoria de Planejamento, entre outras atribuições que lhe forem destinadas, especialmente:

I - Desenvolver projetos na área do planejamento estratégico, viabilizando a elaboração do plano de ação do Tribunal de Contas e de seus planos setoriais.

II - Proceder à coleta, compatibilização e consolidação de dados objetivando a criação do respectivo banco, a emissão de parecer analítico e confecção de relatórios das atividades desenvolvidas pelo Tribunal de Contas.

III - Executar as tarefas de apoio logístico à Presidência, no que couber.

IV - Prestar apoio técnico na área de criação e processamento de imagens, a todas as unidades administrativas do Tribunal de Contas.

V - Executar, no que lhe couber, as atividades relativas ao Programa de gestão pela Qualidade Total do Tribunal de Contas.

Art. 21 - A composição e regulamentação das atribuições da Coordenadoria de Planejamento serão procedidas mediante ato próprio do Presidente do Tribunal.

Art. 22 - Os auditores do Tribunal de Contas, nos casos de vacância do cargo, serão substituídos provisoriamente por servidores integrantes de carreiras privativas de nível superior, de escolha do chefe do Poder Executivo, que preencham os mesmos requisitos exigidos para o exercício do cargo, pelo seu titular.

Art. 23 - O cargo de Secretário de sessão, DAS-5, do Grupo Ocupacional I, constante do anexo I, da Lei nº 9.436, de 9 de novembro de 1990, fica transformado em Secretário de Sessão do Conselho Superior, com a mesma simbologia.

Parágrafo único - Fica criado um cargo de Secretário de Sessão do Tribunal Pleno, de provimento em comissão, simbologia DAS-4.

Art. 24 - O vencimento básico do pessoal efetivo do quadro de Pessoal do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, passa a ser o vigente da Tabela constante do Anexo II da presente Lei.

§ 1º - O enquadramento dos servidores ativos e inativos fica definido no anexo I da presente Lei.

§ 2º - Fica assegurada aos servidores ativos e inativos a percepção de remuneração ou proventos, observando o princípio da irredutibilidade.

Art. 25 - O vencimento fixado na forma do Anexo II, absorve e incorpora a gratificação concedida pela Resolução nº 6.923-TC, de 10 de junho de 1986.

Art. 26 - O reenquadramento dos atuais servidores pertencentes aos Grupos Ocupacionais III, IV e V, observada a correlação com suas respectivas remunerações atuais, será procedido mediante ato do Presidente do Tribunal de Contas.

Parágrafo Único - Na reclassificação de que trata este artigo será observada a correlação anteriormente existente entre nível/referência, no que couber, respeitadas as atuais distribuições de carreira do nível 2 para o nível G.

Art. 27 - O servidor somente poderá ter promoção ou progressão em sua carreira, ao nível sub-

seqüente, desde que atinja a última referência do nível em que se encontrar.

Parágrafo Único - Fica vedada a concessão de qualquer promoção ou progressão, durante o prazo de um ano, contado a partir da vigência desta Lei.

Art. 28 - A gratificação pelo cumprimento do Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva incidirá sobre o valor do vencimento básico.

Art. 29 - Os valores dos vencimentos fixados nesta lei serão corrigidos automaticamente de acordo com os reajustamentos do funcionalismo público estadual até a data de sua entrada em vigor.

Art. 30 - As despesas decorrentes da execução desta lei correrão à conta das dotações orçamentárias próprias do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Art. 31 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando mantidas as disposições legais que não conflitarem com o aqui disposto, inclusive para os cargos criados e transformados.

Sala das Sessões, em 17.06.98

(a) TRIBUNAL DE CONTAS DO PARANÁ

ANEXO I DESLOCAMENTO NA CARREIRA CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO

GRUPO OCUPACIONAL ATIVIDADES DE ASSESS.DE NÍVEL SUPERIOR

| | INICIAL | FINAL |
|------------------------------------|---------|-------|
| Analista de Sistemas | E1 | G11 |
| Assessor de Engenharia | E1 | G11 |
| Assessor Jurídico | E1 | G11 |
| Bibliotecário | D1 | F10 |
| Técnico de Controle Administrativo | E1 | G11 |
| Técnico de Controle Contábil | E1 | G11 |
| Técnico de Controle Econômico | E1 | G11 |
| Médico | D1 | F10 |
| Odontólogo | D1 | F10 |

ANEXO I
DESLOCAMENTO NA CARREIRA
CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO

GRUPO OCUPACIONAL ATIVIDADES DE ASSESS.DE NÍVEL SUPERIOR

| | INICIAL | FINAL |
|--------------------|---------|-------|
| Psicólogo | D1 | F10 |
| Revisor Assistente | D1 | F10 |

GRUPO OCUPACIONAL ATIVIDADES DE APOIO TÉCNICO E ADMINISTRATIVO

| | INICIAL | FINAL |
|---------------------------|---------|-------|
| Auxiliar Administrativo | A1 | C6 |
| Auxiliar de Controle | A9 | D2 |
| Datilógrafo | A5 | C10 |
| Motorista | A1 | C1 |
| Oficial de Controle | B1 | D9 |
| Programador de Computador | B1 | D6 |
| Taquígrafo | D1 | F5 |

ANEXO II
CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO
NÍVEIS DE VENCIMENTO

| NÍVEL\REF. | A | B | C | D | E | F | G |
|------------|--------|--------|--------|----------|----------|----------|----------|
| 01 | 560,00 | 656,61 | 769,88 | 902,69 | 1.058,40 | 1.240,93 | 1.454,96 |
| 02 | 568,16 | 666,17 | 781,10 | 915,84 | 1.073,82 | 1.259,01 | 1.473,04 |
| 03 | 576,44 | 675,88 | 792,48 | 929,19 | 1.089,47 | 1.277,36 | 1.491,38 |
| 04 | 584,84 | 685,73 | 804,03 | 942,73 | 1.105,34 | 1.295,97 | 1.509,99 |
| 05 | 593,36 | 695,72 | 815,74 | 956,47 | 1.121,44 | 1.314,85 | 1.528,87 |
| 06 | 602,01 | 705,86 | 827,63 | 970,41 | 1.137,78 | 1.334,01 | 1.548,03 |
| 07 | 610,78 | 716,15 | 839,69 | 984,55 | 1.154,36 | 1.353,44 | 1.567,47 |
| 08 | 619,69 | 726,59 | 851,93 | 998,90 | 1.171,18 | 1.373,16 | 1.587,19 |
| 09 | 628,72 | 737,18 | 864,35 | 1.013,45 | 1.188,24 | 1.393,17 | 1.607,19 |

ANEXO II
CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO
NÍVEIS DE VENCIMENTO

| NÍVEL/ REF. | A | B | C | D | E | F | G |
|----------------|--------|--------|--------|----------|----------|----------|----------|
| 10 | 637,88 | 747,92 | 876,94 | 1.028,22 | 1.205,55 | 1.413,47 | 1.627,49 |
| 11 | 647,17 | 758,82 | 889,72 | 1.043,21 | 1.223,11 | 1.434,06 | 1.648,08 |

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

O Anteprojeto de Lei que ora é apresentado a essa augusta Casa de Leis, objetiva dotar o Tribunal de Contas dos mecanismos adequados ao correto cumprimento de sua missão constitucional. Assim, propõe-se, inicialmente, a regulamentação dos parágrafos 1º e 2º do artigo 78 da Constituição Estadual, no que refere às comunicações sobre irregularidades ou ilegalidades detectadas pelo controle interno dos órgãos da administração pública estadual ou municipal. Sob o mesmo aspecto, é abordado o instituto da denúncia, quando trazida ao Tribunal de Contas por cidadãos, partidos políticos, associações ou entidades sindicais.

Regulamenta, ainda, quanto às hipóteses anteriormente descritas, os requisitos de aceitabilidade da denúncia, estendendo-os para a representação sobre ilegalidades ou irregularidades em licitações públicas.

Também é tratado, sob o aspecto da aplicabilidade, o parágrafo único do artigo 74 da Carta Estadual, no que tange à comprovação do uso de importâncias recebidas, a qualquer título, do Estado, com o objetivo de estabelecer forma e requisitos pertinentes, para que se dê quitação ao responsável ou ao ordenador da despesa, quando for o caso.

Institui o Anteprojeto, norma de caráter processual, objetivando a possibilidade de revisão dos julgados já transitados, estabelecendo as situações originadoras, prazo e formalidades, entre outros aspectos, tudo em atendimento ao princípio da ampla defesa estabelecido na Constituição de 1988.

No aspecto estritamente administrativo, são adotadas medidas tendentes a normatizar e oficializar, por oportuno, unidades da estrutura interna do Tribunal de Contas, tais como a Coordenadoria Geral, a Coordenadoria de Auditoria de Operações de Crédito Internacional e a Coordenadoria de Planejamento.

Objetiva, ainda, este Anteprojeto, operacionalizar a substituição provisória de ocupantes de funções de alta relevância para as atividades constitucionais do Tribunal, a exemplo da situação anteriormente normatizada por essa Assembléia

Legislativa, quando da edição da Lei nº10.021, de 02 de julho de 1992.

É proposta, também, a transformação de nomenclatura de um cargo de Secretário de Sessão, com a proposta de criação de outro, tudo com o fito de atender a urgente necessidade de operacionalização das atividades de Plenário e, ainda no âmbito administrativo, adotam-se medidas de caráter financeiro, para adequar a metodologia de remuneração do pessoal efetivo do Quadro de Pessoal do Tribunal de Contas à sistemática implantada quando das alterações ocorridas nos quadros do Tribunal de Justiça e Alçada; através, respectivamente, das Leis nºs 11.719, de 12 de maio de 1997 e 11.737, de 02 de junho de 1997.

Estes os motivos que compeliram ao envio do presente Anteprojeto de Lei para o qual espera-se a costumeira atenção e aprovação dessa Assembléia Legislativa.

(a) ARTAGÃO DE MATTOS LEÃO
 Presidente

Esta Presidência informa aos Senhores Deputados que há sobre a Mesa um requerimento de autoria dos Senhores Deputados Beto Richa, Plauto Miró Guimarães, Valdir Rossoni, Ricardo Chab e demais Senhores Deputados, constante do expediente, solicitando que o Plenário desta Casa seja transformado em Comissão Geral, para emitir pareceres ao Projeto de Lei nº 240/98, de autoria do Tribunal de Contas. - Recebido: Compra-se o que dispõe o art. 107 do Regimento Interno.

Então, deixamos de votar nesta sessão.

ITEM 23

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar nº 253/98, de autoria do Deputado Joel Coimbra, que institui a Região Metropolitana de Maringá e dá outras providências. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. (Publ. no D.A. nº 92, de 24.06.98).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 253/98

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do nobre Deputado Joel Coimbra, visa instituir a Região Metropolitana de Maringá e dá outras providências.

Chamada a opinar esta Comissão de Constituição e Justiça, destacamos que nada encontramos de natureza legal, regimental e constitucional que possa obstar a normal tramitação do projeto em tela nesta Casa de leis.

Sendo assim, emitimos nosso parecer favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 24.06.98.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

Em votação.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem)

Solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Claudio Romanelli)

Vai-se proceder a verificação de votação. Os Deputados que aprovam queiram levantar-se. 22

Deputados presentes. Não há quórum para votação do projeto.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para terça-feira, dia 30, à hora regimental com a seguinte

ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar nº 253/98.

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nº 502, 633, 734/97, 098 e 209/98.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 050 e 208/98.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 240/98.

Levanta-se a sessão.